

Resistência diplomática

O primeiro elemento novo da política externa da Nova República seria a posição de resistência do Brasil perante os credores de sua dívida de 100 bilhões de dólares. Essa conclusão vai-se projetando do Brasil para o exterior e acaba de ser particularizada em matéria especial que está correndo mundo. A matéria é assinada por Walter Sotomayor, repórter e analista da poderosa UPI (United Press International) baseado em Brasília.

Um assessor do presidente José Sarney confessa com maldisfarçado orgulho: "Somos o único grande devedor que assumiu uma posição de resistência e provavelmente somos o único em condições de sustentá-la". O assessor fala na linha ditada pelo chefe de governo, que havia dito: "Não podemos admitir que a intangibilidade dogmática de organismos financeiros internacionais imponha ao País uma política recessiva desnecessária".

O assessor comenta: "A posição brasileira é o resultado de uma opção do novo governo civil pela solução dos problemas sociais. O governo militar usava a mesma retórica, mas aplicou uma política de salários muito restritiva. A dívida externa não é um assunto típico de política externa, mas a condicionou, da mesma forma que influiu em algumas questões internas". O assessor lembra que os acordos do México com o Fundo Monetário Internacional produziram uma redução de 23 por cento nas reservas externas desse país, provocaram a desvalorização da moeda e abriram o País para o capital estrangeiro."

O assessor volta a se orgulhar: "O Brasil é o único país da América Latina capaz de obter um superávit comercial de 12 bilhões de dólares por ano e aumentar o nível de suas reservas, que são superiores a 8 bilhões de dólares". Segundo o assessor, além da dívida externa há outros temas que estão obtendo consenso, como o apoio às gestões de paz do Grupo de Contadora, a condenação enérgica do **apartheid** na África do Sul e a necessidade de restabelecer relações com Cuba. Também existe o desejo, do presidente Sarney, de consolidar um estreito relacionamento com os países da América Latina, em especial "aqueles que têm maiores afinidades com o Brasil, como Argentina, Uruguai e Peru".

Nem todos os setores, porém, observam os rumos da política externa da Nova República com óculos de lentes tão róseas. O deputado João Herrmann, por exemplo, integrante do principal partido que apóia o Governo, discorda do raciocínio mencionado: "O Brasil precisa extirpar o câncer da dívida para consolidar o retorno à democracia. Não poderá haver democracia se continuarmos exportando capital. Estamos pagando, este ano, mais de 10 bilhões de dólares de juros da dívida, o que equivale a quase 40 por cento do produto de nossas exportações."

A crítica não pára aí: "Estamos sendo mais reacionários do que os militares em nossas relações com os países socialistas. As oportunidades que esses países nos oferecem devem ser vistas acima das fronteiras ideológicas".